

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 60 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA OBJETIVA P₁

Quanto às imunidades diplomáticas e parlamentares do concurso de crimes e do crime continuado, julgue os itens a seguir.

1 A natureza jurídica ou imunidade material do agente diplomático, de acordo com a doutrina majoritária, é causa pessoal de exclusão ou isenção de pena.

2 Considere a seguinte situação hipotética.

Um vereador do município de Angélica – MS, durante uma palestra que ministrava em uma faculdade em Campo Grande – MS sobre o sistema prisional brasileiro, ofendeu a honra objetiva do prefeito de Bonito – MS.

Nessa situação, de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em face da imunidade material, o vereador não responderá pelo crime contra a honra.

3 Considere a seguinte situação hipotética.

No interior de um ônibus, Mário subtraiu de dez passageiros, mediante grave ameaça exercida com o emprego de um revólver municionado, a importância de R\$ 500,00 em dinheiro, relógios, anéis, bolsas, bijuterias, vales-refeição e vales-transporte.

Nessa situação, Mário responderá pelo crime de roubo, com o emprego de arma de fogo como causa especial de aumento, em concurso formal homogêneo.

4 De acordo com a jurisprudência do STJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), é cabível a continuidade delitiva entre os crimes de roubo e extorsão.

Em cada um dos itens subseqüentes, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

5 Pela prática do crime de furto, Cláudio foi condenado à pena privativa de liberdade de 5 meses e 10 dias de reclusão e à pena pecuniária de 10 dias-multa (1 dia-multa = 1/30 do salário mínimo). A pena privativa de liberdade foi substituída por restritiva de direitos, na modalidade prestação pecuniária — doação a entidade assistencial pública, a ser designada pelo juiz da vara de execução, no valor de um salário mínimo. Na fase executiva, após indicação do juiz, Cláudio descumpriu injustificadamente a prestação pecuniária imposta, apesar de intimado pessoalmente por duas oportunidades. Nesse caso, cabe ao Ministério Público requerer a conversão da prestação pecuniária em pena privativa de liberdade.

6 Marcos foi condenado à pena privativa de liberdade de 5 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicialmente fechado, e pagamento de dez dias-multa, pela prática do crime de roubo, com a causa especial de aumento pelo emprego de arma de fogo. Durante a execução da pena, o sentenciado foi acometido de doença mental, razão pela qual a pena privativa de liberdade foi convertida em medida de segurança, na modalidade de internação. Nessa situação, a medida de segurança perdurará até a cessação da periculosidade do agente, averiguada mediante perícia médica, independentemente do cumprimento do tempo da pena privativa de liberdade imposta na sentença penal.

7 João, primário, sem antecedentes criminais, com 72 anos de idade, foi condenado à pena privativa de liberdade de 3 anos de reclusão, a ser cumprida em regime integralmente fechado, por ter praticado o crime de tráfico ilícito de substância entorpecente. Nessa situação, reconhecendo o juiz ser incabível ou não-indicada a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, o sentenciado fará jus à suspensão condicional da pena — *sursis* etário —, satisfeitos os requisitos subjetivos.

8 Jorge foi condenado à pena pecuniária de 10 dias-multa por ter praticado o crime de furto simples. Após o trânsito em julgado da sentença penal, Jorge praticou crime de estelionato básico. Nessa situação, de acordo com o entendimento majoritário do STJ, Jorge será considerado reincidente, caso seja novamente condenado.

Relativamente à aplicação da pena, julgue o item abaixo.

9 Na dosimetria da pena, consoante entendimento do STF, a atenuante da menoridade prepondera sobre as circunstâncias objetivas contrárias ao acusado.

Em cada um dos itens subseqüentes, é apresentada uma situação hipotética acerca de direito penal, seguida de uma assertiva a ser julgada.

10 Paulo foi condenado pela prática de crime de roubo, com o emprego de arma de fogo, em concurso formal. Nessa situação, de acordo com o STJ e o STF, no cálculo da pena, o magistrado, após fixar a pena-base e considerar as circunstâncias atenuantes e agravantes, deverá aplicar a causa especial do emprego de arma e, logo em seguida, sobre o *quantum* apurado, aplicar a causa de aumento do concurso formal.

11 Juarez foi condenado definitivamente a 42 anos de reclusão por ter praticado dois crimes de latrocínio, antes do advento da Lei dos Crimes Hediondos (Lei n.º 8.072/1990). Nesse caso, unificadas as penas privativas de liberdade para o limite máximo previsto na parte geral do Código Penal (art. 75), a base de cálculo para fins de preenchimento do requisito objetivo-temporal do livramento condicional é de 30 anos.

12 Mauro, tecnicamente primário e portador de maus antecedentes, foi condenado definitivamente a um total de penas privativas de liberdade de 9 anos de reclusão, pela prática de dois crimes de roubo. Nessa situação, de acordo com a orientação do STF, Mauro preencherá o requisito objetivo-temporal do livramento condicional ao cumprir três anos das penas.

- 13 Lucas, condenado definitivamente à pena privativa de liberdade de 6 anos de reclusão, após cumprir dois meses da reprimenda, fugiu do estabelecimento prisional. Antes da condenação, Lucas ficou preso provisoriamente por um ano, durante a tramitação do processo-crime. Nessa situação, consoante entendimento do STF, a prescrição da pretensão executória é regulada pela pena residual, computando-se o tempo de prisão provisória em razão da detração penal.
- 14 O veículo que Maria conduzia, sem qualquer motivo aparente, desgovernou-se e colidiu contra uma árvore. No acidente, faleceram os passageiros Antônio, seu irmão, e Aurélio, um conhecido. O órgão do Ministério Público ofereceu denúncia contra Maria, imputando-lhe a prática de duplo homicídio culposo, em concurso formal. Nessa situação, concedido o perdão judicial pelo juiz à acusada, a extinção da punibilidade abrangerá as duas infrações penais.
- 15 Pela prática do crime de porte de substância entorpecente, Ricardo, réu primário e com todas as circunstâncias judiciais favoráveis, foi condenado à pena privativa de liberdade de 6 meses de detenção, mais o pagamento de 20 dias-multa. Nessa situação, Ricardo tem o direito de que a pena privativa de liberdade seja substituída por outra de multa.
- 16 Petrônio, após ser torturado por Mário, praticou crime de homicídio contra a esposa deste último, a seu mando, sob o receio de continuar sendo vítima de torturas. Nessa situação, Petrônio não responderá pelo crime perpetrado em face da coação física irresistível — *vis corporalis*.
- 17 Júlio desfechou um golpe de faca em Manoel, atingindo de raspão a região torácica e causando-lhe lesão corporal leve. Logo em seguida, ao se dirigir a uma farmácia próxima para medicar-se, Manoel foi atropelado por um automóvel, vindo a falecer. Nessa situação, Júlio responderá somente pelo crime de lesão corporal leve.
- 18 Para se beneficiar com uma herança, Célio planejou a morte de seu irmão preparando uma iguaria envenenada para servir-lhe. No jantar, arrependido, Célio derrubou o prato, evitando que seu irmão ingerisse o alimento envenenado. Nessa situação, em face do arrependimento eficaz, Célio não responderá pelo crime de homicídio qualificado tentado.
- 19 Um escritor publicou obra literária em que vários de seus personagens, com suas idéias, faziam apologia do suicídio, o que levou um leitor desconhecido, sugestionado, a ceifar a própria vida. Nessa situação, o escritor não praticou o crime de induzimento ou instigação ao suicídio.
- 20 Na saída de uma boate, Pedro, embriagado, agrediu fisicamente um vigia de carros, que tinha feito alguns gracejos a sua namorada, arrancando-lhe um dos maxilares. Nessa situação, de acordo com a doutrina, Pedro praticou o crime de lesão corporal gravíssima.
- 21 Juvenal privou um indivíduo que acabara de praticar um roubo da liberdade de locomoção, prendendo-o com algemas, corrente e cadeado, até a chegada da polícia. Nessa situação, Juvenal praticou o crime de cárcere privado.
- 22 José e João, previamente ajustados e com unidade de desígnios, subtraíram de uma agência bancária, mediante grave ameaça exercida com armas de fogo, R\$ 50 mil em dinheiro. Quando saíam da agência, um segurança do banco reagiu e foi morto com um tiro desfechado por José. Nessa situação, apesar de José ter sido o autor do disparo fatal, ambos os agentes responderão pelo crime de latrocínio, em concurso de pessoas.

Acerca dos crimes contra o patrimônio, a paz, a fé e a incolumidade públicos, julgue os itens a seguir.

- 23 De acordo com o entendimento do STJ, o prefeito municipal que não recolhe aos cofres do INSS contribuições previdenciárias descontadas dos servidores não é sujeito ativo do crime de apropriação indébita.
- 24 É possível a cumulação do crime de quadrilha armada com o de roubo, com a causa especial de aumento pelo emprego de arma, conforme jurisprudência mais recente do STF.
- 25 O papel moeda ou moeda metálica retirada de circulação pode ser objeto material do crime de moeda falsa.
- 26 Por reclamar a existência de perigo comum e concreto, o agente que atea fogo em barraco abandonado e localizado em lugar isolado e desabitado não pratica crime de incêndio.

A respeito dos crimes contra o meio ambiente, a administração pública e a administração da justiça, julgue os itens a seguir.

- 27 De acordo com o entendimento do STJ, comete crime ambiental o agente que transporta restos de madeira beneficiada e usada, imprestáveis para o comércio, doados com o objetivo de ensinar a construção de moradia para empregado da empresa doadora, sem autorização para transporte de produto florestal (ATPF).
- 28 O crime de falso testemunho, de acordo com o STJ, consuma-se com o encerramento do depoimento prestado pela testemunha, quando esta profere afirmação falsa, nega ou cala a verdade.
- 29 Considere a seguinte situação hipotética.
Um médico particular, credenciado ao INSS, exigiu de um paciente-segurado a importância de R\$ 3 mil para a realização de uma cirurgia, sem a qual o risco de agravamento da enfermidade e o conseqüente falecimento eram iminentes.
Nessa situação, por não ser funcionário público, o médico não praticou o crime de concussão.
- 30 Considere a seguinte situação hipotética.
Um servidor público permaneceu ausente do serviço, intencionalmente e injustificadamente, por mais de 30 dias consecutivos, com a função do cargo de que era titular sendo exercida por seu substituto legal.
Nessa situação, o servidor público praticou o crime de abandono de função.

Relativamente à aplicação da lei processual penal e a intervenção e autuação do Ministério Público na fase inquisitorial, julgue os itens seguintes.

- 31 Com o advento da Lei n.º 9.299/1996, os crimes dolosos contra a vida, praticados por militar contra civil, passaram a ser da competência da justiça comum, mesmo que ocorridos antes de sua vigência.
- 32 Consoante o atual entendimento do STJ, o órgão do Ministério Público possui poder investigatório, como titular da ação penal.
- 33 A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória, presenciando e acompanhando diligências e inquirições presididas pela autoridade policial, acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento de denúncia.

Em cada um dos itens que se seguem, é apresentada uma situação hipotética acerca da competência no processo penal, seguida de uma assertiva a ser julgada.

34 Um vereador, durante o mandato, praticou um crime de concussão. Nessa situação, o vereador não pode ser submetido a processo penal perante o tribunal de justiça do estado sem a prévia licença da câmara de vereadores a que pertence, em face da imunidade em sentido formal.

35 Um prefeito municipal apropriou-se de recursos federais da ordem de R\$ 40 mil, de que tinha a posse em razão do cargo, repassados pela União por intermédio de convênio celebrado entre a prefeitura municipal e o Ministério da Integração Nacional, órgão responsável pela aprovação da prestação de contas. Nessa situação, de acordo com o entendimento do STJ, a competência para processar e julgar o prefeito municipal é do Tribunal Regional Federal.

36 Um prefeito municipal planejou e foi o mandante de um crime de homicídio praticado contra um desafeto político da região. Nessa situação, o prefeito e o co-réu devem ser processados e julgados perante o tribunal de justiça do estado, em face do foro especial por prerrogativa de função.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética a respeito dos procedimentos do júri, da Lei n.º 9.099/1995 e dos crimes contra a honra e de responsabilidade dos funcionários públicos, seguida de uma assertiva a ser julgada.

37 José foi denunciado pela prática do crime de homicídio qualificado. Após o encerramento da instrução criminal, com a inquirição das testemunhas arroladas, o juiz abriu vista dos autos ao Ministério Público (MP) e ao defensor do réu, respectivamente, para a apresentação de alegações finais. O MP requereu a pronúncia do réu, após analisar a autoria e a materialidade da infração penal. O defensor constituído, apesar de regularmente intimado, não apresentou as alegações finais e o magistrado pronunciou José. Nessa situação, de acordo com a jurisprudência prevalente do STJ, em face da violação do princípio da ampla defesa e do contraditório, esse processo é considerado nulo de pleno direito.

38 Um servidor público, após processo administrativo disciplinar regular, teve a pena disciplinar de demissão aplicada, por ter praticado crime contra a administração pública. Após a vacância do cargo público, o processo administrativo disciplinar foi enviado ao Ministério Público, que ofereceu denúncia contra o ex-servidor, imputando-lhe a prática do crime de peculato. Nessa situação, o juiz, antes de receber a denúncia, deve notificar o acusado para responder por escrito dentro do prazo de 15 dias, sob pena de nulidade absoluta.

39 Em um processo por crime contra a honra — calúnia —, o querelado, um juiz federal, ofereceu a exceção da verdade do fato imputado pelo querelante, um ministro de Estado. Nessa situação, o Tribunal Regional Federal deve processar a exceção da verdade, caso esta seja aceita, e o julgamento cabe ao STF.

40 Jaime foi denunciado pelo órgão do Ministério Público por praticar o crime de tráfico ilícito de substância entorpecente. Inconformado com a imputação, impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça pleiteando a alteração da capitulação jurídica da denúncia, para que fosse processado pelo cometimento do crime de porte ilegal de substância entorpecente. O *writ* foi deferido para que, afastado o crime de tráfico, o Ministério Público se manifestasse a respeito dos benefícios da Lei n.º 9.099/1995. O promotor de justiça negou a proposta de transação penal, por entender incabível. Nessa situação, caso o magistrado divirja do não-oferecimento da proposta, deve remeter os autos ao procurador-geral de justiça para análise, e não propô-la *ex officio*.

Em cada um dos itens subseqüentes, é apresentada uma situação hipotética em relação a prova testemunhal e provas ilícitas no processo penal, seguida de uma assertiva a ser julgada.

41 Em um processo-crime, o órgão do Ministério Público arrolou na denúncia, como testemunha, o advogado que o réu havia constituído na fase pré-processual e que posteriormente renunciou ao mandato. Nessa situação, a testemunha deve recusar-se a responder as perguntas relativas a fatos relacionados com o ex-cliente.

42 Um empresário gravou conversa telefônica que teve com um auditor fiscal, sem a sua ciência, na qual foi exigido o pagamento da importância de R\$ 10 mil para que a empresa de que era proprietário não fosse submetida a ação de fiscalização. Nessa situação, a prova obtida foi ilícita por se tratar de interceptação telefônica sem autorização judicial, assim como por violar o direito à privacidade.

Acerca do mandado de segurança, do *habeas corpus*, dos recursos em sentido estrito e da apelação, julgue os itens a seguir.

43 Considere a seguinte situação hipotética.

Após receber a comunicação de prisão em flagrante, o promotor de justiça verificou que a conduta do autuado era completamente atípica e que a autoridade policial havia instaurado inquérito policial. O órgão do Ministério Público requereu perante o juiz da comarca o relaxamento da prisão, que foi indeferido.

Nessa situação, o promotor de justiça tem legitimidade para impetrar *habeas corpus* em favor do indiciado.

44 Considere a seguinte situação hipotética.

Um promotor de justiça requisitou ao delegado de polícia, sem a existência de representação da vítima e já expirado o prazo de decadência para o seu exercício, a instauração de inquérito policial para apurar um crime de estupro que teria sido praticado por Pedro.

Nessa situação, de acordo com a jurisprudência prevalente, a competência para conceber *habeas corpus* impetrado por Pedro contra o ato requisitório é do Tribunal de Justiça do estado.

- 45 Cabe interposição de recurso em sentido estrito contra decisão de juiz de direito que recebeu denúncia inepta do órgão do Ministério Público.
- 46 De acordo com o entendimento do STJ, é cabível a impetração de mandado de segurança pelo órgão do Ministério Público para atribuir efeito suspensivo a recurso em sentido estrito por ele interposto.
- 47 O autor do recurso em sentido estrito que pretende arrazoar o recurso no tribunal *ad quem*, e não em primeira instância, como de ordinário, deve declará-lo na petição de interposição.
- 48 O Ministério Público tem legitimidade para interpor recurso de apelação contra sentença penal absolutória proferida em ação penal de iniciativa privada, em favor do querelante.
- 49 Consoante orientação do STJ, diante do silêncio do Ministério Público, o assistente de acusação tem legitimidade para interpor recurso de apelação com o fim de agravar pena imposta a réu na sentença penal.

Julgue os itens seguintes, relativos a execução penal.

- 50 Não ofende o direito adquirido e a coisa julgada a decisão do juiz de execução que decreta a perda dos dias remidos, em face do cometimento de falta grave praticada pelo sentenciado, como a fuga.
- 51 Considere a seguinte situação hipotética.
- Henrique, reincidente, foi condenado à pena privativa de liberdade de 5 anos e 4 meses de reclusão, em regime semi-aberto, pela prática do crime de roubo.
- Nessa situação, Henrique terá de cumprir 10 meses da pena para preencher o requisito temporal da progressão de regime.
- 52 Consoante entendimento do STJ, o Ministério Público tem legitimidade para impetrar mandado de segurança almejando atribuir efeito suspensivo a recurso de agravo em execução, interposto contra decisão que concedeu progressão de regime para sentenciado condenado pela prática de crime hediondo.

Julgue os itens a seguir, em relação às intimações e citações no processo penal.

- 53 A falta de intimação do defensor constituído do réu comunicando a data da audiência de oitiva de testemunha no juízo deprecado, se houve intimação da expedição da carta precatória, não é causa de nulidade processual por cerceamento de defesa.
- 54 Consoante entendimento do STJ, a intimação pessoal do membro do Ministério Público, para fins de contagem do prazo de interposição de recurso, se aperfeiçoa com a entrega dos autos com vista, com a certidão de intimação, e não apenas a partir da aposição do ciente.

55 Intimado o réu da sentença penal condenatória por carta precatória, o termo inicial para a contagem do prazo recursal, de acordo com entendimento do STJ, é a juntada da intimação cumprida aos autos.

56 As intimações de advogado constituído do réu e da defensoria pública, das decisões proferidas em 2.^a instância, são feitas por publicação do órgão oficial ou do órgão da imprensa incumbido da publicidade dos atos judiciais.

57 Considere a seguinte situação hipotética.

Tomás foi citado por edital em um processo-crime, após o oficial de justiça ter certificado nos autos que ele se encontrava em lugar incerto e não-sabido. Posteriormente, verificou-se que o réu estava cumprindo pena em estabelecimento penal, por ocasião de sua citação.

Nessa situação, a citação de Tomás por edital é nula.

Quanto à prisão em flagrante e à liberdade provisória, julgue os itens que se seguem.

58 Para fins de liberdade provisória com fiança, no caso de concurso material de crimes, as penas mínimas em abstrato cominadas não devem ser somadas, mas devem ser consideradas isoladamente as penas mínimas de cada um dos crimes.

59 Considere a seguinte situação hipotética.

Aílson, réu primário, sem antecedentes criminais, com residência e emprego fixos, foi preso em flagrante pela prática do crime de atentado violento ao pudor.

Nessa situação, estando ausentes os requisitos da prisão preventiva, Aílson tem direito à liberdade provisória sem fiança.

60 Considere a seguinte situação hipotética.

Um empresário teve a sua filha seqüestrada. Sob orientação da polícia, o empresário acertou com os seqüestradores o pagamento do resgate com a liberação da vítima. A polícia cercou todo o local e marcou as cédulas que seriam entregues. No momento do recebimento do dinheiro do resgate, os seqüestradores foram presos em flagrante e a vítima liberada.

Nessa situação, de acordo com a jurisprudência, houve flagrante preparado.

PROVA DISCURSIVA P₅

- Nesta prova — que vale **dez** pontos — faça o que se pede, usando os espaços indicados para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para o **CADERNO DE TEXTO DEFINITIVO**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Utilize, no mínimo, **trinta** linhas e, no máximo, **sessenta** linhas. Qualquer texto com extensão aquém da mínima de **trinta** linhas será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.

ATENÇÃO! No **caderno de texto definitivo**, identifique-se apenas na capa, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo.

Agentes da polícia civil receberam um telefonema anônimo denunciando que José Antônio, proprietário do imóvel situado na rua 82, n.º 41, estava traficando substância entorpecente em sua residência. Após verificação de procedência das informações, os agentes foram até o imóvel e, com autorização do morador, entraram na residência, onde apreenderam quinze vasos cada um contendo um pé da planta *Cannabis sativa lineu*, que produz a substância tóxica conhecida por maconha, e prenderam José Antônio em flagrante delito. O delegado de polícia, então, lavrou o auto de prisão em flagrante de José Antônio pela prática do crime de tráfico ilícito de substância entorpecente, instaurou inquérito policial e comunicou a prisão, cinco dias após, ao juiz da comarca. O defensor constituído de José Antônio requereu ao juiz da comarca o relaxamento da prisão, alegando ilegalidade da diligência investigativa — uma vez que o telefonema foi anônimo e a Constituição da República veda o anonimato —, ilegalidade da busca realizada — que ocorreu sem mandado judicial —, nulidade do auto de prisão — que não foi comunicada imediatamente à autoridade judiciária, mas após cinco dias —, o reconhecimento da atipia absoluta da conduta — uma vez que, por ser usuário de drogas, as plantas cultivadas eram para o consumo próprio —, e a desclassificação do crime de tráfico ou de guarda de entorpecente para uso, aplicando-se a analogia *in bonum partem* e, assim, a Lei n.º 9.099/1995. Caso não fosse relaxada a prisão, requereu o defensor a concessão de liberdade provisória sem fiança, por não estarem presentes os motivos que autorizariam a decretação da prisão preventiva.

Considerando a situação hipotética apresentada acima, redija, na condição de promotor de justiça da comarca e da forma mais completa possível, parecer que aborde todos os argumentos apresentados pelo defensor constituído de José Antônio, à luz das decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

RASCUNHO – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	